



Associação Gaúcha de Professores  
Técnicos de Ensino Agrícola

# Letras da Terra

EDIÇÃO VIRTUAL Nº 17  
ANO XXIV • MARÇO/2026

## LEI MARIA DA PENHA

Duas décadas  
e um crime  
que não recua

E.E. DE EDUCAÇÃO BÁSICA VIADUTOS  
Formação agrícola conecta escola e  
desenvolvimento regional no Norte do RS

Que a alegria da Páscoa ressoe em seu coração, lembrando-nos do amor incondicional de Deus por nós, demonstrado na vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo. Que esta data seja repleta de bênçãos e renovação.

*Feliz Páscoa*

*Cristo Vive!*

## DIRETORIA E CONSELHO FISCAL

**PRESIDENTE:** Fritz Roloff

**VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO:**

Celito Luiz Lorenzi

**VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS:**

Danilo Oliveira de Souza

**VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS AGROPECUÁRIOS:**

Ayrton Ávila da Cruz

**TESOUREIRO-GERAL:** Oldemar Kolling

**1º TESOUREIRO:** Ivanoi da Fontoura Brito

**SECRETÁRIO-GERAL:** Gilberto Sidnei dos Santos

**1º SECRETÁRIO:** Denise de Oliveira da Silva

### CONSELHO FISCAL

**Titulares:**

Francisco Rosa Pereira Neto

Mário Ubaldo Barcelos

César Jose Pinz dos Santos

**Suplentes:**

Getúlio de Souza Antunes

Erni José da Silva

Elenice Maria Domingues Cichocki luhniseki

## EXPEDIENTE

Publicação da Associação Gaúcha dos Professores  
Técnicos de Ensino Agrícola - AGPTEA

### PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

AGROEFFECTIVE COMUNICAÇÃO E AGRONEGÓCIO

### JORNALISTAS RESPONDÁVEIS

Rejane Costa (MTB 00.807/81) e Nestor Tipa Júnior (MTB 9836)

### REDAÇÃO

Rejane Costa, Nestor Tipa Júnior, Ieda Risco e Artur Chagas

### FOTOS DA CAPA E DA MATÉRIA DE CAPA

[pixabay.com](http://pixabay.com) / [pexels.com](http://pexels.com) / [freepik.com](http://freepik.com)

### FOTOS NA REVISTA

AgroEffective Divulgação / Agptea Divulgação

### ARTE MENSAGEM DE PÁSCOA

Tamires de Moraes

### DIAGRAMAÇÃO E ARTE GERAL

Mirian Raquel Fachinetto (51) 99841.7202

### VEICULAÇÃO DIGITAL

[www.agptea.org.br](http://www.agptea.org.br)

Av. Getúlio Vargas, 283 • Fone/Fax (51) 3225.5748

Menino Deus • 90150-001 • Porto Alegre, RS

[adm@agptea.org.br](mailto:adm@agptea.org.br) • [www.agptea.org.br](http://www.agptea.org.br)

O início de um novo ano letivo sempre traz consigo um sentimento de renovação e de recomeço. É o momento de olhar para o futuro, refletir sobre o que foi conquistado e, ao mesmo tempo, traçar novos objetivos e desafios. Para as escolas do Rio Grande do Sul, em especial as agrícolas, esse recomeço assume uma importância ainda maior, pois elas são espaços de formação que unem a tradição agrícola com a necessidade de inovação. Elas não só formam profissionais capazes de transformar o campo, mas também criam um ambiente onde o conhecimento se alia à prática e à reflexão sobre as questões sociais que permeiam a vida rural e urbana.



Em tempos de desafios econômicos e escassez de recursos, as escolas se tornam pilares de resistência e de esperança para os jovens que buscam uma formação técnica sólida. No entanto, não podemos ignorar as dificuldades que sempre enfrentam, como a falta de recursos financeiros e de recursos humanos. Lidam com orçamentos reduzidos, infraestrutura precária e a escassez de profissionais qualificados para lecionar nas diversas áreas do conhecimento. Infelizmente essas dificuldades não são apenas estruturais, mas também refletem a falta de políticas públicas que garantam a valorização da educação no campo e da educação técnica e profissionalizante.

Formar cidadãos conscientes, comprometidos com a sua comunidade e com o futuro do campo com conhecimentos ampliados na formação libertadora, que permite questionar as realidades que os cercam e buscar soluções inovadoras para problemas históricos, como a desigualdade social, são a nossa maior missão. Também a importância de uma formação voltada para a paz e não para a guerra nunca foi tão relevante quanto agora. Vivemos em uma sociedade marcada por conflitos, tensões políticas e econômicas, tanto no Brasil quanto no mundo. É preciso criar um ambiente de paz dentro e fora das escolas, onde os jovens sejam estimulados a pensar criticamente e a buscar alternativas para os desafios que enfrentam.

Nossas escolas agrícolas também se destacam porque têm como objetivo não só ensinar a produzir, mas também a viver em harmonia com a natureza, respeitar a diversidade e promover o diálogo como caminho para a resolução de conflitos. Somente assim poderemos construir um futuro mais sustentável e equilibrado, que permita a todos viver dignamente, sem renunciar a seus sonhos.

Que ao longo deste ano, possamos reforçar nossa missão de inovar e buscar novos horizontes. Os estudantes, professores e gestores, junto com as instituições parceiras precisam estar dispostos a enfrentar as adversidades e buscar constantemente novos objetivos. A educação é a chave para essa transformação, e todos nós, em especial as escolas agrícolas, temos um papel fundamental na construção desse futuro.

Por fim, queremos desejar a todos uma Feliz e Abençoada Páscoa, momento de renovação, de fé e de reflexão. Que este período nos inspire a continuar nossa jornada com esperança, coragem e determinação. Que, assim como a Páscoa simboliza a renovação da vida, o novo ano letivo também seja uma oportunidade de renovação para todos nós, buscando sempre o crescimento pessoal, acadêmico e social, e cultivando valores de paz, solidariedade e fraternidade.

**Fritz Roloff**

Presidente da Agptea



# Educação técnica voltada ao desenvolvimento regional

Escola Estadual de Educação Básica Viadutos forma técnicos agrícolas e amplia oportunidades educacionais no Norte do Rio Grande do Sul

Localizada no município de Viadutos, na região Norte do Rio Grande do Sul, a Escola Estadual de Educação Básica Viadutos, que tem como diretora Marli de Paula, desempenha um papel importante na formação educacional e profissional da comunidade local e regional. O município possui população inferior a 5 mil habitantes, com forte vínculo com a agricultura familiar, característica que reforça a importância da oferta de formação técnica voltada ao setor agropecuário.

Foi nesse contexto que a escola iniciou, no ano de 1981, a oferta do Curso Técnico em Agricultura, com o objetivo de disponibilizar à comunidade de Viadutos e municípios vizinhos uma formação técnica alinhada à realidade produtiva da região. A proposta sempre foi facilitar o acesso ao ensino técnico agrícola, permitindo que os estudantes pudessem se qualificar profissionalmente sem a necessidade de deslocamento para outros centros educacionais.

## Oferta atual de cursos

Atualmente, a instituição conta com 58 estudantes matriculados no Curso Técnico em Agricultura integrado ao Ensino Médio. Conforme o coordenador do curso, professor Eder Vidal, a formação busca preparar os alunos tanto para a continuidade dos estudos quanto para a inserção qualificada no mercado de trabalho.

Além disso, a escola ampliará sua oferta educacional, com previsão para o segundo semestre de 2026, passando a oferecer também o Curso Técnico em Biocombustíveis na modalidade pós-médio concomitante. “A iniciativa visa fortalecer ainda mais a área da educação profissional e tecnológica ampliando as oportunidades de formação na região”, explica Vidal.

## Estrutura e espaços de aprendizagem

A escola dispõe de diferentes espaços pedagógicos voltados ao ensino teórico

e prático, “fundamentais para a formação técnica dos estudantes”. Entre os principais ambientes de aprendizagem, de acordo com Vidal, destacam-se:

- ▶ Laboratório de Informática, utilizado para pesquisas, elaboração de projetos e atividades acadêmicas;
- ▶ Salão de eventos, destinado à realização de palestras, encontros, jornadas acadêmicas e atividades institucionais;
- ▶ Sala de atividades práticas e técnicas, localizada junto à área experimental, onde são desenvolvidas atividades de ensino aplicadas às disciplinas técnicas.

Além desses espaços, a instituição conta com Unidades Educativas de Produção (UEPs), organizadas em mais de 10 setores produtivos, considerados essenciais para o desenvolvimento das atividades práticas e experimentais do curso. Vidal ressalta que esses setores permitem que os estudantes realizem experimentos, manejo de culturas e práticas agrícolas, aproximando o conhecimento teórico da realidade do campo.



## Quadro de profissionais

A escola possui um quadro completo de professores e funcionários, “garantindo o atendimento adequado às diferentes áreas do conhecimento e aos setores de funcionamento da instituição”. A equipe é composta por profissionais qualificados e comprometidos com a formação integral dos estudantes e com a qualidade do ensino técnico ofertado.

## Atividades acadêmicas e projetos desenvolvidos

Ao longo do ano letivo, a escola promove diversas atividades pedagógicas e eventos acadêmicos, tanto internos quanto externos, que contribuem para ampliar a formação dos estudantes. Entre as principais iniciativas estão:

- ▶ Tardes de campo, organizadas pelos próprios estudantes ou em parceria com empresas do setor agrícola, realizadas na área experimental da escola;
- ▶ Jornada Acadêmica, evento anual que reúne profissionais e especialistas das diferentes áreas das ciências agrárias, proporcionando atualização técnica e troca de conhecimentos;
- ▶ Participação em eventos científicos e tecnológicos, como o META, MOSTRATEC, MEP, entre outros realizados na região.

O professor Eder Vidal lembra que durante o desenvolvimento do curso, também são estabelecidas parcerias com produtores rurais locais, possibilitando a realização de atividades práticas e aprofundamento técnico em diferentes sistemas de produção. “Os estudantes ainda desenvolvem projetos científicos relacionados a diversas culturas agrícolas, sendo que alguns desses trabalhos são selecionados para apresentação em feiras científicas e tecnológicas regionais”, informa.



***“A proposta pedagógica da Escola Estadual de Educação Básica Viadutos busca desenvolver profissionais com conhecimento técnico, responsabilidade, ética e visão sustentável, incentivando práticas produtivas que conciliem qualidade na produção agrícola e respeito ao meio ambiente, com destaque para princípios da agroecologia.”***

## Diferenciais da formação

Por oferecer um curso profissionalizante diretamente relacionado à realidade agrícola regional, a Escola Estadual de Educação Básica Viadutos tem como um de seus principais diferenciais a formação de técnicos agrícolas preparados para o mercado de trabalho e para o empreendedorismo rural.

A proposta pedagógica busca desenvolver profissionais com conhecimento técnico, responsabilidade, ética e visão sustentável, incentivando práticas produtivas que conciliem qualidade na produção agrícola e respeito ao meio ambiente, com destaque para princípios da agroecologia.

## Perspectivas para 2026

Segundo Vidal, para o ano de 2026, a escola projeta avanços importantes na

infraestrutura de ensino prático, com destaque para a aquisição de estufas agrícolas, que permitirão ampliar as atividades relacionadas à produção de mudas e ao cultivo de morangos. “Essa iniciativa tem como objetivo fortalecer os espaços de aprendizagem prática, proporcionando aos estudantes novas oportunidades de experimentação, pesquisa e desenvolvimento de conhecimentos aplicados à produção agrícola”, observa.

Dessa forma, Vidal pontua que a Escola Estadual de Educação Básica Viadutos reafirma seu compromisso com a educação profissional de qualidade, contribuindo para o fortalecimento da agricultura regional e para a formação de profissionais preparados para os desafios do setor agropecuário contemporâneo. “Há mais de quatro décadas, a instituição vem cultivando conhecimento, inovação e oportunidades para as novas gerações do meio rural”, finaliza. ●

# Programa leva noções sobre direitos a estudantes



**A** juíza do Trabalho Aline Fagundes atua na promoção da cidadania e da educação em direitos por meio do programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC). A iniciativa é da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), coordenada aqui no Rio Grande do Sul pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Quarta Região (Amatra IV), e transmite a estudantes, especialmente de escolas públicas, noções sobre justiça, direitos humanos, direitos e deveres do cidadão. Nesta entrevista, Aline fala sobre a importância de aproximar o universo jurídico da escola e de preparar os jovens para uma entrada mais consciente no mundo do trabalho.

**LETRAS DA TERRA |** Por que é importante ensinar noções de justiça, direitos e deveres aos estudantes ainda na escola?

**Aline Fagundes |** É uma questão de pertencimento e engajamento na vida em sociedade. A compreensão desses valores vai facilitar a inserção dos jovens no mundo do trabalho, como pessoas mais conscientes, cientes dos seus papéis e aptas a contribuir com uma sociedade mais justa. Com conhecimento, estarão mais fortes e preparadas para exigirem seus direitos, cumprirem seus deveres e para serem multiplicadores de boas práticas.

**LETRAS DA TERRA |** Quais direitos trabalhistas básicos todo jovem deveria conhecer antes de entrar no mundo do trabalho?

**Aline Fagundes** | Tudo parte da compreensão qualificada das suas escolhas. O Programa Trabalho, Justiça e Cidadania é uma iniciativa da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, de sorte que temos por foco principal a relação entre empregado e empregador, ou seja, a que decorre de um vínculo de emprego. Logo, nosso ponto de partida é a Carteira de Trabalho, a importância da sua assinatura e o que isso representa. É muito nítido, atualmente, em especial entre os mais jovens, um sentimento de repulsa com a condição de empregado. Ninguém mais quer “ser CLT”, como gostam de dizer, referindo-se a uma condição humilhante e de menor valor. Esse fenômeno precisa ser compreendido e combatido com esclarecimento, pois está levando os jovens a uma ilusão de um falso empregadorismo.

Muito longe de reprimirmos o desenvolvimento de talentos criativos e de um trabalho autenticamente autônomo, nosso objetivo é desmistificar certas crenças e noções equivocadas, que, em grande parte, levam a condições degradantes de trabalho ou ao endividamento, por puro desconhecimento ou despreparo. A aversão ao trabalho sob as regras da CLT é prejudicial a todos: as empresas carecem de empregados qualificados e muitos jovens acabam apenas abrindo mão de suas garantias, em nome de uma falsa expectativa de lucro, flexibilidade e autonomia.

**LETRAS DA TERRA** | Como o programa Trabalho, Justiça e Cidadania contribui para formar cidadãos mais conscientes?

**Aline Fagundes** | Por meio do conhecimento e do incentivo à busca da informação. A atividade consiste em levar juízas e juizes para dentro da sala de aula, promovendo uma aproximação entre o Poder Judiciário e a sociedade, com a entrega de conteúdos relacionados com o mundo do trabalho, cidadania e direitos humanos. A



*“Falar aos jovens é sempre muito recompensador. Eles rapidamente percebem a importância do que estão aprendendo e trazem a debate, ou exibem em seus trabalhos, situações recorrentes de exploração de mão de obra, assim como cenários ideais, de crescimento a partir da valorização da pessoa humana.”*

partir dos conhecimentos adquiridos, os jovens são convidados a apresentarem qualquer forma de expressão desse conteúdo, em um evento denominado Culminância. Textos, poesias, cartazes, jogos, danças, peças teatrais, documentários e tudo mais que possa representar seus aprendizados.

**LETRAS DA TERRA** | Que impactos a senhora já percebeu nos estudantes que participam do programa TJC?

**Aline Fagundes** | Falar aos jovens é sempre muito recompensador. Eles rapidamente percebem a importância do que estão aprendendo e trazem a debate, ou exibem em seus trabalhos, situações recorrentes de exploração de mão de obra, assim como cenários ideais, de crescimento a partir da valorização da pessoa humana. Jovens também são excelentes multi-

plicadores, e carregam o aprendizado para dentro do núcleo familiar. Seus horizontes se ampliam, e ao final da aplicação do programa muitos falam empolgados sobre seus planos para o futuro.

**LETRAS DA TERRA** | Que conselho a senhora daria aos alunos do ensino técnico agrícola que estão começando a vida profissional?

**Aline Fagundes** | O setor agropecuário mudou muito nos últimos anos, migrando de um perfil amador, gerido por saberes naturais, passados de pai para filho, para um perfil altamente profissional e tecnológico. É um meio com grande potencial de qualificação e oportunidades. Para isso, é preciso estudar. Quem estuda, pode escolher, caso contrário, precisa esperar ser escolhido. ●



# Vinte anos da Lei Maria da Penha e o desafio persiste

A legislação avançou nas últimas duas décadas, mas a violência contra mulheres continua a expor os limites das políticas públicas e das mudanças culturais

**O** mês de março, tradicionalmente dedicado à celebração das conquistas e avanços das mulheres, também se impõe como momento de reflexão diante de uma realidade que permanece alarmante. No Rio Grande do Sul, somente nos dois primeiros meses de 2026 já foram registrados 20 feminicídios. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado, no mesmo período de 2025, haviam sido contabilizadas 13 vítimas, o que representa um aumento aproximado de 53%.

A advogada, sócia do escritório Fortini, Volcato & Dalapicula Advogados,

juizadora do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/RS e membra da Comissão de Relações Internacionais da OAB/RS, Clementina Ana Dalapicula, coloca que os números reforçam que, apesar de avanços legislativos e institucionais ao longo das últimas décadas, a violência letal contra mulheres segue sendo um problema grave e persistente.

Em 2026, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) completa 20 anos. Ao longo dessas duas décadas, consolidou-se como um dos principais marcos da política pública de enfrentamento à violência doméstica no Bra-

sil. Conforme Clementina, sua criação representou uma mudança profunda na forma como o Estado passou a tratar a violência contra a mulher. “Aquilo que por muito tempo foi tratado como questão privada, sintetizado no antigo ditado de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, passou a ser reconhecido como violação de direitos humanos e problema de interesse público, exigindo resposta institucional estruturada”, observa.

Ao longo dos anos, o sistema jurídico brasileiro também incorporou novos instrumentos legais. Em 2015, foi criada a qualificadora do feminicídio

*Hoje, o enfrentamento do feminicídio desloca-se do plano puramente normativo para o da efetividade das políticas públicas. “Punir o agressor é essencial, mas ocorre quando a violência já se consumou.*

*O verdadeiro desafio está em interromper a trajetória da violência antes que ela chegue ao desfecho fatal”, enfatiza lembrando que para isso, “é indispensável fortalecer e ampliar a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, já que essa rede ainda não alcança de forma uniforme todo o território, especialmente os municípios de menor porte”.*



(Lei nº 13.104/2015), que em 2024 passou a ser crime autônomo, com pena que pode chegar a 40 anos de prisão, a mais alta do Código Penal. E também outras formas de violência passaram a ser tipificadas nos últimos anos, como: perseguição (stalking); violência psicológica contra a mulher; e importunação sexual. Mais recentemente, a Lei nº 15.125/2025 alterou a Lei Maria da Penha para permitir que medidas protetivas sejam acompanhadas de monitoramento eletrônico do agressor, além da disponibilização de dispositivos de segurança que alertem a vítima sobre eventual aproximação.

Apesar desse avanço legislativo, os dados mostram que a violência letal permanece elevada, pontua a advogada. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul[1], o número de feminicídios consumados no estado foi de 80 casos em 2020; 96 casos em 2021; 111 casos em 2022; 86 casos em 2023; 73 casos em 2024 e 80 casos em 2025. “Os números apresentam oscilações ao longo dos anos, mas permanecem

consistentemente altos”, reforça Clementina.

Outro dado relevante é que a maioria dos crimes ocorre dentro da residência da vítima, evidenciando que o feminicídio frequentemente representa o desfecho extremo de ciclos prolongados de violência doméstica. Nesse contexto, Clementina ressalta que o desafio atual não está na criação de novas leis, mas na capacidade de implementá-las de forma efetiva.

Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostram que os processos enquadrados na lei do feminicídio (Lei n.º 13.104/2015) triplicaram nos últimos cinco anos em todo o país[2]. As informações estão no Painel de Estatísticas do CNJ[3], que registra os indicadores do Judiciário brasileiro. O aumento dos processos também revela um aspecto positivo: maior conscientização e maior procura das instituições por parte das vítimas. Somente em 2025, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul concedeu 52.926 medidas protetivas de urgência.

Para Clementina, essas medidas são reconhecidamente instrumentos fundamentais de proteção, capazes de interromper ciclos de violência e salvar vidas. “Contudo, ainda existem casos em que mulheres são assassinadas mesmo após a concessão de medidas protetivas, o que demonstra a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento, fiscalização e integração da rede de proteção”, reitera.

A advogada salienta que hoje, o enfrentamento do feminicídio desloca-se do plano puramente normativo para o da efetividade das políticas públicas. “Punir o agressor é essencial, mas ocorre quando a violência já se consumou. O verdadeiro desafio está em interromper a trajetória da violência antes que ela chegue ao desfecho fatal”, enfatiza lembrando que para isso, “é indispensável fortalecer e ampliar a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, já que essa rede ainda não alcança de forma uniforme todo o território, especialmente os municípios de menor porte”.



***Nenhum comportamento da vítima pode ser utilizado para justificar violência de gênero. Essa decisão do STF evidencia que a transformação necessária no enfrentamento da violência contra a mulher não é apenas jurídica, mas também cultural e social.***

Estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), intitulado Retrato dos Femicídios no Brasil - 2006 a 2026[4], aponta que municípios menores apresentam as maiores taxas de feminicídio. Paradoxalmente, essas mesmas cidades costumam ter menor estrutura de atendimento especializado às vítimas. Além disso, existe também um fator social relevante: as relações de proximidade típicas das cidades pequenas. “Quando todos se conhecem, denunciar pode se tornar extremamente difícil. Muitas mulheres enfrentam: medo da exposição pública; receio do julgamento social; pressão familiar e comunitária para manter a relação; vergonha de denunciar alguém que é conhecido como “bom pai” ou “trabalhador”, destaca a advogada.

Em muitos casos, o agressor não corresponde ao estereótipo social do criminoso, o que contribui para uma romantização ou minimização da violência. O feminicídio também revela a permanência de padrões culturais profundamente enraizados de desigualdade de gênero. Durante muito tempo, crimes contra mulheres foram relativizados ou justificados. Um exemplo

simbólico, conforme Clementina, foi a chamada “legítima defesa da honra”, tese jurídica frequentemente utilizada em julgamentos para tentar justificar agressões e assassinatos de mulheres.

Somente em 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou essa tese inconstitucional, reconhecendo que nenhum comportamento da vítima pode ser utilizado para justificar violência de gênero. Essa decisão evidencia que a transformação necessária no enfrentamento da violência contra a mulher não é apenas jurídica, mas também cultural e social.

Um exemplo que ilustra esse desafio ocorreu em um julgamento de feminicídio levado ao Tribunal do Júri. O Conselho de Sentença, composto majoritariamente por mulheres, optou por conceder perdão com clemência ao réu. O processo ainda não foi definitivamente concluído. Contudo, o episódio evidencia como determinadas percepções sociais ainda influenciavam a forma como a violência contra a mulher é compreendida e julgada, mesmo em espaços institucionais de decisão.

Isso demonstra que o enfrentamento ao feminicídio não depende apenas de leis mais severas ou de políticas públicas mais estruturadas. Ele exige também uma mudança profunda de mentalidade, capaz de romper com padrões históricos que, muitas vezes, ainda relativizam ou minimizam a violência de gênero.

O Rio Grande do Sul conta atualmente com diversos instrumentos institucionais de proteção às mulheres, entre eles:

- ▶ Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
- ▶ Salas das Margaridas nas Delegacias de Polícia
- ▶ Patrulha Maria da Penha
- ▶ Casas-abrigo
- ▶ Promotorias e defensorias especializadas

Também é possível registrar ocorrências por meio da Delegacia Online da Mulher[5], que permite inclusive solicitar medidas protetivas de urgência pela internet. Outro serviço relevante

é a Escuta Lilás (0800 541 0803), canal de atendimento 24 horas disponibilizado pelo Governo do Estado, que oferece orientação jurídica, psicológica e social às mulheres. Além disso, existem canais nacionais de atendimento e denúncia, como o 190 (emergências em andamento), 181 (denúncias anônimas) e 180 (Central de Atendimento à Mulher).

A advogada Clementina afirma que o enfrentamento do feminicídio não pode ser tratado apenas como responsabilidade do sistema penal. “Trata-se de um fenômeno complexo, que exige ação coordenada entre Estado e sociedade. É fundamental fortalecer a rede institucional de proteção, capacitar profissionais da

saúde, educação e assistência social para identificar sinais de violência e garantir que as mulheres tenham acesso seguro aos canais de denúncia e acolhimento”, reitera.

Clementina finaliza colocando que também é necessário promover mudança cultural, combatendo a naturalização da violência e rejeitando qualquer tentativa de justificar agressões. “Não existe Estado Democrático de Direito compatível com uma realidade em que mulheres são assassinadas simplesmente por serem mulheres. Mais do que comoção diante dos números, o momento exige ações concretas e compromisso coletivo com a proteção da vida e da dignidade das mulheres”, reforça. ●

## Referências

- [1] Acesso em <https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>
- [2] Acesso em <https://www.cnj.jus.br/processos-de-feminicidio-triplicaram-nos-ultimos-cinco-anos-crescendo-349-em-janeiro-de-2026-mostram-dados-do-cnj/>
- [3] Acesso em <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-violencia-contra-mulher/>
- [4] Acesso em <chrome-extension://efaid-nbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2026/03/nota-tecnica-dia-mulher-2026.pdf>
- [5] Acesso em <https://www.delegaciaonline.rs.gov.br/dol/#!/delegaciadamulher/main>

*É necessário promover mudança cultural, combatendo a naturalização da violência e rejeitando qualquer tentativa de justificar agressões. “Não existe Estado Democrático de Direito compatível com uma realidade em que mulheres são assassinadas simplesmente por serem mulheres. Mais do que comoção diante dos números, o momento exige ações concretas e compromisso coletivo com a proteção da vida e da dignidade das mulheres.”*



# Gestão democrática

**GELCÍ TERESINHA QUEVEDO AGNE**

Professora da Educação Pública Estadual/RS

A Escola Pública como instituição da rede pública, pressupõe um espaço de responsabilidade dos Estados e municípios, sendo um espaço de domínio público, carrega em si o conceito de coletivo, bem como a função prioritária de ofertar educação gratuita de qualidade, para formação de cidadãos e cidadãs críticos, autônomos e capazes de transformar a sociedade. Conforme a LDB 9394/96 em seu artigo 3º prevê: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios...”, dos quais cita-se:

- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV. respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII. valorização do profissional da educação escolar;
- VIII. gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (...)

A LDB 9.394/1996 ressalta ainda a necessidade de um modelo que inclua práticas como conselhos escolares e eleições diretas para cargos de direção, além de garantir a autonomia pedagógica, administrativa e financeira das escolas.

Desta forma, reafirma-se que os princípios democráticos são, prioritariamente, princípios inegociáveis na vivência escolar, os quais devem permear as relações cotidianas, apontando a direção da sociedade que se deseja construir. Compreende-se a escola pública como uma micro sociedade. O que nela se vive, estender-se-á para a sociedade em geral. Portanto, a escola pública como espaço plural, onde todos os sujeitos ali envolvidos têm vez e voz, supera a participação da comunidade apenas como segmento que comparece no momento do voto, para eleger ou delegar poder de representação aos seus pares. Nessa organiza-



***“Os princípios democráticos são, prioritariamente, princípios inegociáveis na vivência escolar, os quais devem permear as relações cotidianas, apontando a direção da sociedade que se deseja construir. Compreende-se a escola pública como uma micro sociedade. O que nela se vive, estender-se-á para a sociedade em geral.”***

ção escolar todos os sujeitos são copartícipes das decisões, a construção dos documentos, como: Regimento Escolar, Plano de Curso, entre outros, são construídos coletivamente. Assim, se experiencia o direito de ser e de agir, com respeito às diferenças e à pluralidade de ideias. Essa é a escola como verdadeiro laboratório para a construção de uma sociedade saudável, onde a ordem democrática é o princípio básico da convivência humana. Conforme Vítor Henrique Paro, 1997: “Sem a transformação na prática das pessoas, não há sociedade que se transforme de maneira consistente e duradoura. É aí, na prática escolar cotidiana, que precisam ser enfrentados os determinantes mais imediatos do autoritarismo enquanto manifestação, num espaço restrito, dos determinantes estruturais mais amplos da sociedade. (...)”

E, se a gestão é democrática e participativa, a escola constituiu-se num verdadeiro fórum de debate de ideias e de construção coletiva, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar. Compreende-se que todos os sujeitos que compõem esse coletivo têm ‘o que e como’ contribuir a partir do seu lugar de fala, colaborando para o que pode e deve ser de interesse da maioria, na construção de uma educação inclusiva, humanista e emancipatória. Pois, conforme Freire, “a escola não se trata só de prédios, salas, quadras... programas, horários, conceitos. Escola sobretudo, é gente (...) o diretor é gente, o coordenador é gente, o professor é gente, o aluno é gente, o funcionário é gente...” acrescente-se ainda, ‘o pai é gente, a mãe é gente...’ Para tanto, a gestão democrática transcende o conceito de ‘gestão administrativa’ e se reveste do caráter desafiador de ‘gestão pedagógica’, e preocupada além das questões de ordem administrativa, burocrática e financeira da escola, desafiando-se a construir espaços de decisão e planejamento coletivo e espaços de formação, onde através da práxis pedagógica ‘ação-reflexão-ação’, todos e todas, se percebam sujeitos capazes, agentes de transformação corresponsáveis na construção de uma escola humana, solidária e comprometida com a vida digna para todos e todas. Considerando ainda, a concepção Freireana de que ninguém sabe tudo, ninguém sabe nada, as pessoas possuem saberes diferentes, acredita-se que é a partir desses saberes que, coletivamente, a escola pode tornar-se um espaço de pesquisa sobre o conhecimento historicamente construído pela humanidade, bem como espaço de construção do saber crítico, contribuindo na formação de sujeitos histórico-concretos com formação cidadã, para tornar-se um agente de transformação social. Assim, para além dos seus muros, estendam-se esses princípios da micro-sociedade-escola, para a sociedade, pois também é Freire que nos alerta: ‘se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade se transforma.’

O Rio Grande do Sul já oportunizou a vivência dessa Escola nos anos 2000, quando vivenciamos o projeto da Constituinte Escolar, no Governo Olívio Dutra, com Lúcia Camini à frente da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC. Neste período vivenciamos a efervescência da reflexão sobre “A Escola que temos e a Escola que queremos”, quando a comunidade escolar gaúcha foi convidada a refletir sua prática e a buscar a superação das situações limites. Os avanços são inegáveis! Além da Escola poder repensar sua prática, refazer seus documentos, como Regimento e Plano de Curso, com autonomia e respeito às peculiaridades locais e regionais, a valorização do funcionalismo público, além de reajustes, a realização de concursos públicos, o respeito ao plano de carreira com promoções e avanços na carreira, a

**Freire nos alerta: “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade se transforma”.**

***“A gestão democrática nos anos 2000 trouxe, entre outras reflexões, a importância da gestão democrática emancipatória, capaz de oportunizar a superação do senso comum em busca do criticismo de seus sujeitos, pois é através do caráter emancipatório que se superam as relações de poder, para transcender as práticas autoritárias atreladas ao poder público, talvez não tenhamos compreendido o valor disso... a história da Educação Pública do Rio Grande do Sul se encarrega de contar as consequências nos próximos períodos, quando a Educação Pública enfrentou o autoritarismo e o descaso, por quase uma década no Estado.”***

construção do Plano de Carreira para os Funcionários, são algumas das conquistas deste período. Algumas escolas pontualmente, avançaram nesse sentido e ainda as reconhecemos na região. Outras escolas talvez não tenham compreendido tamanha importância da proposta, creio, e se renderam mais aos ranços do que aos avanços... A gestão democrática naquele período trouxe entre outras reflexões, a importância da gestão democrática emancipatória, capaz de oportunizar a superação do senso comum em busca do criticismo de seus sujeitos, pois é através do caráter emancipatório que se superam as relações de poder, para transcender as práticas autoritárias atreladas ao poder público, talvez não tenhamos compreendido o valor disso... a história da Educação Pública do Rio Grande do Sul se encarrega de contar as consequências nos próximos períodos, quando a Educação Pública enfrentou o autoritarismo e o descaso, por quase uma década no Estado. A precarização da Escola Pública e a desvalorização dos servidores públicos, servindo a interesses escusos para desqualificar a Educação Pública, contribuíram deveras para aumentar o caos na Educação Pública.

No entanto, é também a história do nosso Estado que deve ter o registro do período de 2011 a 2014, quando novamente a Educação Pública do Rio Grande do Sul recebeu a devida atenção e prioridade dos gestores desse período, sendo Tarso Genro governador e José Clovis de Azevedo na SEDUC. Como Coordenadora Regional de Educação, à frente da 39ª Coordenadoria Regional de Educação de Carazinho – CRE, tive a honra de gerenciar junto a esses grandes gestores e demais colegas no Estado. Período esse, em que a democratização da Escola Pública, a reestruturação curricular, a revitalização e qualificação das Escolas, a Valorização e a formação dos educadores (priorizando horários de estudos dentro da carga horária), foram eixos prioritários da gestão. O diálogo permeou as relações! A construção coletiva e a horizontalização do poder romperam com o autoritarismo e a educação gaúcha respirou democracia!

Mas... a história é dinâmica! A História não é, está sendo! E sendo, como professora aposentada há dois anos, vejo com certa indignação o momento histórico no qual estamos imersos, pois como diz Boff ‘a cabeça pensa de onde pisam

*“A Escola perdeu sua liberdade de gerenciar conforme os anseios da sua comunidade, perdeu a autonomia pedagógica e administrativa, a Lei de Gestão Democrática, no 10.576, não se trata de um documento apenas amarelecido, porque a atual gestão estadual, a desgavetou para fazer alterações nada democráticas. E, o gerenciamento com caráter empresarial, surrupiou da Escola pública o seu espaço de construção de sonhos, de sujeitos independentes, de jovens pesquisadores.”*

nossos pés’. Hoje penso como secretária da atual direção do 37º Núcleo do CPERS Sindicato de Carazinho/RS, e como membro do Conselho Fiscal na Direção Central do CPERS no Estado, onde participo e acompanho as Escolas da região e os movimentos sindicais no estado, diga-se, acompanho com preocupação o rumo que a Escola Pública do Rio Grande do Sul tomou. A Escola perdeu sua liberdade de gerenciar conforme os anseios da sua comunidade, perdeu a autonomia pedagógica e administrativa, a Lei de Gestão Democrática, no 10.576, não se trata de um documento apenas amarelecido, porque a atual gestão estadual, a desgavetou para fazer alterações nada democráticas. E, o gerenciamento com caráter empresarial, surrupiou da Escola pública o seu espaço de construção de sonhos, de sujeitos independentes, de jovens pesquisadores. O protagonismo sumiu tanto da carreira dos colegas educadores, os quais se tornaram dadores de aulas e preenchedores de planilhas, quanto da formação dos estudantes, pois em sua grande maioria, perderam o protagonismo estudantil, perderam o encanto pela Escola. O cerceamento da autonomia pedagógica através de currículos e componentes curriculares pré-determinados, de mentores que pensam pelo coletivo da escola, associados ao excesso de trabalho, ao assédio moral, a divisão da categoria com aumento salarial para gestores em detrimento da desvalorização da maioria dos trabalhadores em educação, assim como o incentivo à competitividade entre os educadores e também entre os estudantes, através da premiação às melhores classificações nas provas de avaliação externa, são algumas das práticas da política da meritocracia desta gestão. Assim, o governo atual tem se revestido de uma crueldade jamais vista na Educação Pública do Estado, a título de reorganização, reclassificação e/ou reenquadramento, o que se vê e o que se sente, é o descaso com a comunidade escolar, a discriminação com o funcionalismo público, e o etarismo com os aposentados. O governo age de má fé, ao se esconder através do jogo de palavras e com ‘parcela de irredutibilidade’ sonega direitos adquiridos através de concurso público e plano de carreira, acrescenta-se a isso projetos impostos goela abaixo como ‘Escola em tempo integral’ sem as condições necessárias, além do fechamento de turmas e de escolas... Essa conjuntura áspera tem levado muitos colegas ao adoecimento, quando não ao abandono da profissão. ●

## E agora?

*Agora que se abram os girassóis, apesar das sombras e reverbere-se a esperança!*

*Pode me chamar de sonhadora, e o sou! E para que servem os sonhos? Servem para não nos deixar desesperar, servem para nos apontar outras direções, servem para alimentar nossa esperança de que um outro mundo é possível... Eu sou sonhadora, mas não ando só, não sonho sozinha. Eu sonho com essa escola e o meu sonho se fortaleceu ao conhecer a Escola da Ponte, em Vila das Aves, em Portugal. Uma experiência que me mostrou que é possível romper com o instituído e criar outras possibilidades, pois conforme Galeano ‘para que serve a utopia, se ando dois passos e ela se afasta além do horizonte. A utopia serve para isso, para seguirmos caminhando...’ Sigamos, pois com esperança! Mas a esperança Freireana do verbo esperar: “Esperança é se levantar, é ir atrás. Esperança é construir. Esperança é não desistir! Esperança é levar adiante. Esperança é juntar-se com outros, para fazer de outros modos!”*





Escrito por *Gelcí Teresinha Quevedo Agne*, o livro **1964 - Um Olhar Pela Fresta**, lançado em 2024, e que já está em sua segunda edição, é uma obra de memórias e vivências da autora, que aos seis anos de idade, viu seu pai ser violentamente arrancado de seu lar, pelos abusos e truculência dos militares, no período do Golpe Militar de 1964.

Gelcí recorda que “por 60 intermináveis dias e noites de pânico e terror noturno, assombrada pelo medo das ações de violência dos militares e, de que seu pai poderia não retornar, esperou desesperadamente pela sua volta”. “Mas o jovem pai, amoroso, brincalhão e contador de histórias, não voltou o mesmo... retornou transtornado pelos absurdos sofridos na prisão, enquanto preso político”. Sua história e de sua família, marcada pela dor e os sofrimentos do período mais sombrio de nosso país, através dos abusos e arbitrariedades impostas pela ditadura militar constam no livro.

Mas, mais do que a história da autora, a obra aborda também o contexto histórico de Carazinho durante o Golpe Militar de 1964, história essa que na terra de Brizola, conforme a autora, tenta-se apagar, negando que a ditadura

tenha chegado ao interior do Estado. “A história dos absurdos vivenciados por famílias inteiras, líderes e autoridades locais, prova o contrário. Os registros e os fatos relatados através de entrevistas, textos bibliográficos e pesquisas, comprovam o outro lado da história que se tenta apagar”.

E para que não se esqueça e nunca mais aconteça, a autora segue contando e defendendo a democracia:

“Eu tenho um sonho e zelo por sua prenhez,

Que se abram janelas e mentes

Que a justiça e a liberdade floresçam  
em todos os jardins

Que o amor pulse em todos os corações  
e as crianças brinquem felizes nas praças  
e as ruas se cubram de gentes e,

Que se deem as mãos e todas as vezes  
entoem uma só canção:

Democracia! Democracia!

Democracia!” ●

# Casa da Praia da Agptea amplia procura e mantém hospedagem aberta o ano todo

Espaço localizado em Itapeva, em Torres (RS), oferece estrutura para associados e valores diferenciados entre setembro e dezembro

**A** Casa da Praia da Associação Gaúcha de Professores Técnicos de Ensino Agrícola (Agptea) registrou aumento nesta temporada de verão 2025/2026 na procura por hospedagem. Localizado em Itapeva e próximo a Torres, litoral norte do Rio Grande do Sul, o espaço recebe professores associados e familiares ao longo de todo o ano com valores diferenciados na baixa temporada, entre setembro e dezembro. Regulamento, tabela de preços, descrição dos apartamentos e pacotes de verão estão disponíveis no site oficial da entidade.

A região onde a pousada se situa é conhecida pela faixa de areia extensa e

pelo perfil mais tranquilo em comparação a outros pontos do litoral norte gaúcho. Além de disponibilizar acesso próximo à praia, a Casa permite deslocamentos curtos até o centro de Torres e atrações naturais do município. Nos últimos anos, a sua estrutura passou por melhorias com foco na qualificação dos apartamentos e na ampliação do conforto para os períodos de férias. A direção da Associação informa que os investimentos buscam atender à demanda crescente de associados interessados em utilizar o local para descanso.

Durante o período das férias, representantes da diretoria da Agptea se

revezam para estar no local e fazer o atendimento aos hóspedes. O vice-presidente administrativo, Celito Luiz Lorenzi, afirma que os associados têm destacado melhorias práticas na estrutura da Casa da Praia. Entre os pontos mais citados está a disponibilidade de cadeiras e guarda-sóis para uso dos hóspedes, o que evita que as famílias precisem levar os itens de casa. Segundo Lorenzi, a possibilidade de locação por valor acessível tem sido bem recebida.

A limpeza dos ambientes e a recepção no momento da chegada também aparecem entre os elogios. O dirigente ressalta o atendimento prestado pelo





colaborador Júnior, frequentemente mencionado pelos visitantes pela cordialidade e disponibilidade. Outro aspecto valorizado é a organização interna, especialmente os horários de fechamento do portão e as orientações repassadas aos hóspedes. A utilização da garagem frontal contribui para manter o fluxo ordenado de veículos e evitar transtornos no acesso à pousada.

O vice-presidente de Assuntos Educacionais da entidade, Danilo Oliveira de Souza, também reforça os elogios elencados pelos hóspedes. Pontua que o espaço está muito bem organizado com um excelente atendimento e entre as novidades neste ano estão a colocação de um freezer auto-service com bebidas e de uma mesa de sinuca. “O espaço da Agptea na praia de Itapeva para os seus associados e familiares está sendo procurado cada vez mais”, salienta,

observando que a Associação atingiu seus objetivos propostos quando iniciou esta jornada.

O vice-presidente de Assuntos Agropecuários, Ayrton Ávila da Cruz, coloca que foi um momento importante representar a entidade junto aos associados, acompanhando a chegada deles e todo o funcionamento do local. “Acredito que consegui atingir os objetivos da Associação. A Casa da

***“Acredito que consegui atingir os objetivos da Associação. A Casa da Praia é fundamental, principalmente para os sócios das escolas agrícolas do interior do Rio Grande do Sul, por ter a possibilidade de desfrutar de alguns dias em uma praia considerada uma das melhores do estado e em um espaço muito aconchegante e com ótima infraestrutura”, pontua Ayrton Ávila da Cruz, vice-presidente de Assuntos Agropecuários.***

Praia é fundamental, principalmente para os sócios das escolas agrícolas do interior do Rio Grande do Sul, por ter a possibilidade de desfrutar de alguns dias em uma praia considerada uma das melhores do estado e em um espaço muito aconchegante e com ótima infraestrutura”, pontua, ressaltando que a estrutura está de parabéns por disponibilizar este espaço acolhedor. ●

### Associados destacam estrutura e atendimento da Casa da Praia da Agptea

Nossa experiência na Pousada da Agptea, Casa da Praia, foi, mais uma vez, maravilhosa. É perceptível que, a cada ano, a equipe se dedica a buscar melhorias que fazem toda a diferença e são essenciais para o bem-estar dos hóspedes. Destacamos, em especial, o professor Ayrton e o colaborador Júnior, sempre muito atencioso, prestativo e solícito, fazendo-nos sentir verdadeiramente bem-vindos. A Casa da Praia é, sem dúvida, um lugar encantador, que nos conquista a cada nova visita. ●

Gratidão,  
**Rosimar Vieira e família**

Este é o segundo ano que optamos por tirar dez dias de férias na casa da praia Agptea. Assim como no ano anterior, fomos alvo de uma excelente receptividade e carinho por parte dos profissionais e colaboradores da pousada. As instalações são aconchegantes e bem implementadas; tudo na medida certa, garantindo que a nossa única preocupação seja de aproveitar com tranquilidade tudo que a linda praia de Itapeva tem a oferecer. ●

Obrigado à Agptea por oportunizar esses momentos tão agradáveis!  
**Professor Leandro Duarte & Família**



## NOTÍCIAS DA AGPTEA

Queria deixar registrado o nosso agradecimento pela oportunidade de estar usando a Pousada da Agptea, em meu nome Clodes e, da associada Sandra Mara Barcelos. Cumprimentar a gestão pela excelência dos equipamentos e do atendimento nota 10 do Júnior. Tudo muito limpo e organizado. Ficamos muito felizes e desejamos prosperidade à Agptea e que possamos futuramente desfrutar mais vezes esse ambiente. Parabéns e muito obrigado. ●

**Clodes e associada Sandra Mara Barcelos**  
Viamão



A estrutura da Pousada da Agptea em Itapeva só melhora com o passar dos tempos. Frequentamos desde 2013 e os investimentos em infraestrutura e equipamentos para o bem estar garantem o merecido conforto de férias. ●

**Cléverton Aramis, Carla Barbieri e Lorenzo Tavares**

Passando aqui para falar sobre a Pousada da Agptea, em Itapeva. A gente já frequenta aqui desde 2013, então são 13 anos, não todos os anos, mas sempre que dá certo de conciliar o trabalho e o agendamento, a gente vem aqui. Um local muito aconchegante, agradável, segurança impecável, organização e limpeza maravilhosa. Um local recomendado para quem não veio, que venha a participar aqui. Tudo de bom aqui no local.

**Paulo César Jordão de Sousa e sua esposa, a sócia Karine Marques do Amaral Jordão**  
São Luiz Gonzaga





# Sabor simples para celebrar a Páscoa

A dica para o almoço no domingo de Páscoa é “Frango assado rústico com batatas e ervas”. É um prato que valoriza ingredientes do campo e reforça a conexão entre alimentação e produção agrícola.

## VAMOS AOS INGREDIENTES

(serve de 4 a 6 pessoas)

- 1 frango inteiro (ou 1,5 kg de coxas e sobrecoxas)
- 6 batatas médias cortadas em pedaços grandes
- 2 cenouras em rodelas
- 2 cebolas em pedaços
- 4 dentes de alho amassados
- Suco de 1 limão
- 1/2 xícara de azeite ou óleo
- Sal e pimenta-do-reino a gosto
- Alecrim ou ervas frescas (ou secas)
- Colorau ou páprica (opcional, para cor)

## MODO DE PREPARO

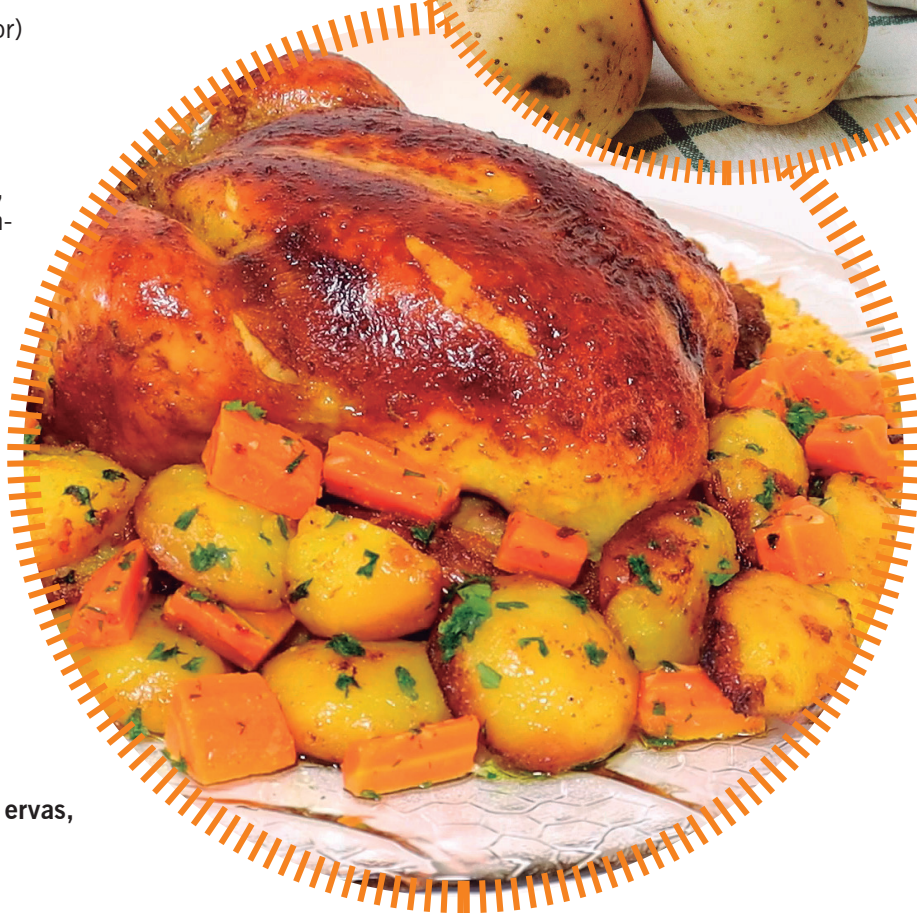
**1. Temperar:** Tempere o frango com alho, limão, sal, pimenta e ervas. Deixe descansar por pelo menos 1 hora (quanto mais tempo, melhor)

**2. Montagem:** Em uma assadeira, distribua: batatas, cenouras, cebola, coloque o frango por cima e regue tudo com azeite ou óleo

**3. Assar:** Leve ao forno a 200°C por cerca de 1h30. Vire o frango na metade do tempo para dourar bem

**4. Finalização:** Deixe dourar até ficar com pele crocante. Finalize com ervas frescas por cima

**Importante!** Valorize ingredientes produzidos localmente (batata, cenoura, ervas, aves).





## Quando o agro vira jogo: o tabuleiro que ensina a enfrentar o clima e unir gerações

Entre mapas, dados e desafios simulados, produtores rurais descobrem - jogando - que prevenir danos climáticos e planejar a sucessão pode ser mais simples do que parece. Criado por uma jovem veterinária gaúcha, o Agrológica transforma o futuro do campo em um jogo de estratégia e aprendizado coletivo.



**T**ransformar conhecimento técnico em estratégia lúdica. Essa é a proposta do Agrológica, iniciativa criada pela médica veterinária e produtora rural Anna Maria Marques. O projeto, desenvolvido no âmbito do programa CNA Jovem, utiliza a dinâmica de um serious game (um jogo voltado à educação de adultos) para fortalecer a capacidade das famílias rurais de enfrentar os impactos climáticos nas cadeias produtivas. ▶

Segundo Anna, o jogo foi pensado para estimular o diálogo entre gerações e incentivar a tomada de decisões de forma colaborativa dentro das propriedades. “Antes de começar a jogar, a família faz um mapeamento da propriedade, identificando juntos os pontos fortes e fracos. A partir daí, surgem desafios climáticos e soluções práticas que podem ser aplicadas no dia a dia”, explica. A experiência, conta ela, tem revelado caminhos simples e eficazes de adaptação. “Muitos produtores descobriram medidas de contingência que poderiam ter reduzido os impactos das enchentes do último ano”, acrescenta.

A veterinária destaca que a aceitação entre os produtores foi imediata, mesmo diante do receio inicial de que um jogo pudesse ser visto como algo pouco sério. “Pensei que haveria resistência, mas foi o contrário. Eles compraram a ideia, criaram uma competição saudável e começaram a discutir temas complexos de forma leve. Isso ajudou a tratar a sucessão familiar de um jeito mais natural”, observa.

O Agrológica também chegou às escolas técnicas da região de Viamão, com resultados positivos entre alunos e professores. “Os estudantes aprendem sobre impactos

climáticos e medidas de prevenção de maneira divertida. Isso aumenta a absorção do conteúdo e conecta a teoria com a prática”, comenta Anna. Segundo ela, a metodologia despertou tanto interesse que técnicos de outras instituições já estão replicando a experiência.

Agora, a criadora do projeto trabalha em duas novas versões: o Agrológica Kids, voltado a crianças de 8 a 13 anos, e o Agrológica Pro 4.0, com desafios mais complexos sobre agricultura digital e tecnologias aplicadas ao campo. “As crianças viram os pais jogando e quiseram participar. Então desenvolvi uma versão para elas entenderem desde cedo o valor da produção rural. E quero levar essa ideia também para escolas urbanas, para que mais pessoas conheçam o agro de verdade”, ressalta.

Para Anna, o maior resultado do Agrológica está além das pontuações do jogo. “O que mais me emociona é ver pais e filhos conversando sobre o futuro da propriedade, sobre como o clima afeta o que eles fazem e o que podem mudar juntos. Isso é o agro que quero ver crescendo”, conclui.

Conheça mais no Instagram @agrolologicagame ●

*“O que mais me emociona é ver pais e filhos conversando sobre o futuro da propriedade, sobre como o clima afeta o que eles fazem e o que podem mudar juntos. Isso é o agro que quero ver crescendo.”*





## Cooperativa de Professores da Região Metropolitana de Porto Alegre

### Educredi fecha 2025 com alta de 12,6% no patrimônio

Capital social cresce 10,4%, ativos avançam 6,8% e sobras para assembleia somam R\$ 176,8 mil no período

A Cooperativa Educredi terminou o exercício de 2025 com saldo positivo e determinada a ampliar o seu atendimento para outros grupos de associados, sempre priorizando a educação e os professores. O resultado total foi de R\$ 267.853,25. Do valor apurado, R\$ 59.813,82 correspondem ao Fates Ato Não Coop 2025, enquanto as sobras antes das destinações somaram R\$ 208.039,43. Após as destinações estatutárias, as sobras destinadas à assembleia totalizam R\$ 176.833,52.

Em 2025, o patrimônio líquido da cooperativa alcançou R\$ 5.672.812,82, crescimento de 12,6% em relação a 2024. No mesmo período, o capital social somou R\$ 4.105.189,53, com alta de 10,4% na comparação anual. Os ativos totais chegaram a R\$ 6.736.379,79, registrando expansão de 6,8% frente ao ano anterior.

Para o diretor-presidente da Cooperativa Educredi, Elson Sena, os resultados de 2025 refletem um trabalho construído de forma coletiva. “O exercício foi concluído com muita satisfação, com o apoio dos associados, dos conselhos e da diretoria. Encerramos o ano com uma perspectiva muito positiva, com resultados consistentes e taxas produtivas para os associados, o

que permitiu fechar o período com sobras”, afirma.

Segundo Sena, o desempenho financeiro esteve alinhado à atuação responsável da cooperativa. “O número de associados contribuiu de forma significativa para os resultados, assim como a condução da gestão socioambiental, com atendimento às escolas e aos professores, dentro do planejamento de educação ambiental definido para o período”, observa.

Agora, em 2026, a Cooperativa Educredi continuará trabalhando para atender os seus associados e com novas alternativas. “Mesmo diante do cenário econômico brasileiro, seguimos contribuindo financeiramente com os associados e avançamos com a abertura de inscrições para novas escolas. Esse compromisso é essencial para a cooperativa”, ressalta Sena.

O dirigente também agradece o envolvimento de todos no processo e projeta a continuidade do trabalho. “As parcerias são construídas com responsabilidade para manter a credibilidade da Educredi. Nosso agradecimento especial vai aos colaboradores e associados, que permitiram fechar 2025 com resultados satisfatórios, e a expectativa é de que 2026 seja tão positivo quanto”, completa.

### Gestão Ambiental

A disponibilidade dos cursos em Educação Ambiental para as escolas selecionadas de Porto Alegre (RS) e Região Metropolitana já está na fase de organização dos cronogramas. Ao todo, 12 escolas receberão as formações conforme as suas necessidades nas áreas de

A capacitação integra a Sala Verde Padre Amstad que faz um trabalho itinerante de ações socioambientais. A iniciativa conta com a parceria da Apoena So-

cioambiental e visa a implementação de práticas sustentáveis.

O diretor presidente da Cooperativa Educredi, Elson De Sena Costa, afirma que a formação amplia o acesso das escolas a conteúdos estruturados na área ambiental. “Por meio da parceria com a Apoena, que realiza a formação de professores e alunos, disponibilizamos uma ação voltada à aplicação de práticas sustentáveis no ambiente escolar”, explica Costa.

### Assembleia Geral

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Cooperativa está marcada para o dia **09 de abril de 2026**, às **19h**. Na oportunidade, será realizada a prestação de contas do exercício, os novos planos a serem aprovados e assuntos dos associados. Convidamos todos os nossos associados para participarem presencialmente na sede da entidade em Porto Alegre ou on-line via Microsoft Teams.

### Banco Central do Brasil

O quadro econômico em 2025 foi de muita instabilidade devido ao cenário mundial, mas a Educredi, dentro do seu planejamento, manteve seus serviços de apoio aos associados com as facilidades e agilidade das suas ações.

# OPORTUNIDADES PARA OS ASSOCIADOS DA AGPTEA

CONHEÇA AS EMPRESAS CONVENIADAS E APROVEITE OS BENEFÍCIOS



Fortini, Volcato & Dalapicula  
Advogados

